

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.527.048 - RJ (2019/0177634-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **ANGLO FERROUS BRAZIL PARTICIPACOES S.A**  
**ADVOGADOS** : **LUIZ EDUARDO LESSA SILVA - RJ032868**  
                  **RODRIGO PONCE BUENO - RJ104782**  
                  **TATHYANA FROES DIOGO - RJ208650**  
**AGRAVADO** : **INTEROCEAN ENGENHARIA E SHIP MANAGEMENT LTDA - EM**  
                  **RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADO** : **TAÍSSA MEIRA COELHO ARRUDA ARAGÃO - RJ121816**

**DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial, por sua vez manejado com fulcro no art. 105, III, "a" da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL PROLATADO EM AÇÃO MONITÓRIA ORIGINALMENTE PROPOSTA CONTRA A EMPRESA MMX AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA HOJE DENOMINADA ZANIM AMAPÁ MINERAÇÃO S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

PRETENSÃO DE QUESTIONAR, EM SEDE DE IMPUGNAÇÃO, DECISÃO, PROLATADA POR ESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE DESCONSIDEROU A PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA EXECUTADA, RECONHECENDO A LEGITIMIDADE AD CAUSAM DA EMPRESA AGRAVANTE PARA INTEGRAR O POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO. DESCABIMENTO. DECISÃO TRANSITADA QUE NÃO DESAFIOU RECURSO DE QUALQUER NATUREZA TENDO TRANSITADO EM JULGADO.

IMPOSSIBILIDADE DE JUIZ DE 1º GRAU REVER DECISÕES PROLATADAS POR ESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DECISÃO DE DESCONSIDERAÇÃO PROLATADA NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 SENDO INAPLICÁVEL O ARTIGO 133 DO NOVO CÓDIGO CIVIL OU QUALQUER OUTRA NORMA PROCESSUAL EDITADA A POSTERIORI.

EMPRESA AGRAVADA QUE FIGURAVA COMO SÓCIA QUOTISTA DA EMPRESA EXECUTADA ATUANDO COMO SUA CONTROLADORA QUANDO EM CURSO A AÇÃO MONITÓRIA CUJA SENTENÇA EMBASOU A EXECUÇÃO, E QUE PARTICIPOU DA ALTERAÇÃO IRREGULAR DA EXECUTADA COM FINALIDADE DE PREJUDICAR SEUS CREDORES, ENTRE ELES A EMPRESA AGRAVADA. SEM QUALQUER FUNDAMENTO LEGAL OU FÁTICO A ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA A ENSEJAR A NULIDADE DA DECISÃO. AUSENTE DOS AUTOS QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA LEGAL OU FÁTICA QUE PUDESSE, POR

EVENTUALIDADE, AUTORIZAR A REAPRECIÇÃO DA MATÉRIA, DE OFÍCIO, POR ESTE TRIBUNAL. DECISÃO DE 1º GRAU QUE NÃO MERECE REPARO NESTE PARTICULAR. DESPROVIMENTO DO RECURSO.  
(fls. 262-263)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 284-287).

A parte recorrente, nas razões do recurso especial, sustenta, em síntese, que:

a) é inviável a desconsideração da personalidade jurídica sem prévio contraditório da sociedade empresária; b) "considerando que foi apenas após a desconsideração de sua personalidade jurídica que a Recorrida teve ciência da existência da lide e que a impugnação ao cumprimento de sentença foi o primeiro momento em que lhe foi propiciada a participação para arguir sua ilegitimidade passiva, não há que se falar que essa questão já teria restado superada, sob pena de afronta ao que determina o artigo art. 475-L, inciso IV, do CPC/73 (Lei nº 5.869/1973) com correspondência no art. 525, §1º, II, do CPC/15 (Lei nº 13.105/2015) e aos princípios da do contraditórios e da ampla defesa, previstos no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal, com correspondência no artigo 7º do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015)" (fl. 299); c) "a sociedade empresária que, em verdade, possui legitimidade para figurar no polo passivo da lide é a Zamin Amapá Mineração S.A. (CNPJ/MF nº 06.030.747/0001-79)" (fl. 302); d) "a obrigação pela qual cedente e cessionário permanecem solidariamente responsáveis perante a sociedade e terceiros, pelo prazo de dois anos, da cessão das cotas é a obrigação de integralizar o capital social" (fl. 304), sendo certo que "a Recorrente não poderia jamais ser pessoalmente responsável por eventuais débitos não pagos pela sociedade, posto que, repise-se, as dívidas são da sociedade e não do sócio" (fl. 305); e) "em se tratando se capital social totalmente integralizado, não há que se falar em responsabilização, pelos sócios, pelas obrigações contraídas pela sociedade, vez que, para os casos de sociedade limitada os sócios somente responderão no limite do que tiverem auferido para integralizar o capital social subscrito, sob pena de manifesta afronta aos artigos 1.003, parágrafo único e 1.004, ambos do Código Civil" (fl. 306); f) "a regra prescrita pelo artigo 1.032 do Código Civil refere-se ao prazo pelo qual o sócio que cede a sua participação societária permanecerá obrigado pela integralização ao capital social, sendo essa a responsabilidade que ele tinha quando era parte integrante do quadro societário da pessoa jurídica, não havendo ampliação dessa responsabilidade após a sua saída da sociedade" (fl. 308); e g) a desconsideração da personalidade jurídica ocorreu em descompasso com o que determina o art. 50 do Código Civil, notadamente porque não restou comprovado qualquer confusão patrimonial ou desvio de finalidade; h) "quando fora deferida a citada desconsideração, a Recorrente já havia se retirado, regularmente, da Zamin Amapá Mineração S.A." (fl. 313).

Contrarrazões às fls. 373-408.

Em decisão de fls. 371-372 o eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferiu efeito suspensivo ao recurso especial para que o levantamento da garantia fosse efetuado tão somente após o trânsito em julgado.

O recurso recebeu crivo negativo de admissibilidade na origem (fls. 411-419).

Opostos embargos de declaração em face da decisão de admissibilidade, foram rejeitados (fls. 473-474).

O apelo ascendeu a esta Corte Superior por meio da interposição de agravo (fls. 486-521).

É o relatório.

DECIDO.

2. No que diz respeito à violação aos arts. 475-L, IV do Código de Processo Civil de 1973, aos arts. 7º e 525, § 1º, II do Código de Processo Civil de 2015 e aos princípios do contraditório e da ampla defesa, tem-se, no ponto, inviável o debate. Isso porque não se vislumbra o efetivo prequestionamento, o que inviabiliza a apreciação das teses recursais apresentadas, sob pena de supressão de instâncias.

De fato, não se extrai do acórdão recorrido pronunciamento a respeito de controvérsia apoiada na normatividade dos dispositivos legais supostamente violados.

Com efeito, observa-se que a Corte de origem não enfrentou a tese segundo a qual "foi apenas após a desconconsideração de sua personalidade jurídica que a Recorrida teve ciência da existência da lide e que a impugnação ao cumprimento de sentença foi o primeiro momento em que lhe foi propiciada a participação para arguir sua ilegitimidade passiva", de modo que não haveria que se falar em preclusão da referida questão.

Não se extrai do acórdão recorrido pronunciamento a respeito da referida controvérsia, limitando-se a Corte de Origem a consignar que a decisão prolatada pelo eg TJRJ, que descon siderou a personalidade jurídica da sociedade empresária executada e reconheceu a legitimidade passiva da ora recorrente, não foi objeto de recurso, transitando em julgado. Veja:

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ANGLO FERROUS BRAZIL PARTICIPAÇÕES S/A atual denominação de ANGLO FERROUS BRAZIL S/A contra a decisão que, em ação monitória em fase de cumprimento de sentença, rejeitou a impugnação por ela apresentada, em que, em apertada síntese, objetivava a sua exclusão do polo passivo da demanda, a alegação de nulidade da decisão prolatada por este Tribunal de Justiça, que descon siderou a personalidade jurídica da empresa executada, reconhecendo a legitimidade ad causam da empresa agravante para integrar o polo passivo da execução por ter havido cerceamento de defesa, daí porque seria possível a apreciação e reconhecimento de sua pretensão pelo juiz de 1º grau.

Sem razão o agravante.

**Destaque-se, desde logo, que a decisão prolatada por este Tribunal de Justiça que descon siderou a personalidade jurídica da empresa executada, reconhecendo a legitimidade ad causam da empresa agravante para integrar o polo passivo da execução, cuja ementa abaixo se transcreve, não desafiou qualquer recurso tendo transitado em julgado. Vejamos:**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL PROLATADO EM AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DE ENGENHARIA. EMPRESA EXECUTADA, ORA AGRAVADA, QUE POR OCASIÃO DA AÇÃO MONITÓRIA, PROMOVE ALTERAÇÃO DE SEU CONTRATO SOCIAL PARA MODIFICAR SUA DENOMINAÇÃO E SEU ENDEREÇO SOCIAL E AINDA TRANSFERIR A TOTALIDADE DE SUAS QUOTAS SOCIAIS A DUAS SOCIEDADES ANÔNIMAS QUE ATUAVAM NO MESMO RAMO EMPRESARIAL, UMA DAS QUAIS FUNCIONAVA NO MESMO ENDEREÇO DA EMPRESA CEDENTE, ORA AGRAVADA, QUE, POR SUA VEZ PASSOU, A FUNCIONAR NO ENDEREÇO DE UMA DAS EMPRESAS CESSIONÁRIAS. TRANSFERÊNCIA DE TODAS AS OBRIGAÇÕES E GARANTIAS DA CEDENTE ÀS EMPRESAS CESSIONÁRIAS COM EVIDENTE CONFUSÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL DA EMPRESA CEDENTE COM AQUELE DAS CESSIONÁRIAS. CERTIDÕES DO RGI QUE ATESTARAM QUE O PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA EMPRESA CEDENTE, ORA AGRAVADA, FOI HIPOTECADO PARA GARANTIR FINANCIAMENTO CONCEDIDO A SOCIEDADE ANÔNIMA QUE, EMBORA OSTENTE O MESMO CNPJ DA EMPRESA AGRAVADA, POSSUI DENOMINAÇÃO SOCIAL, ENDEREÇO SOCIAL E SÓCIOS DIVERSOS, NÃO HAVENDO COMPROVAÇÃO NOS AUTOS DE QUE TAL ALTERAÇÃO TENHA SE DADO DE FORMA REGULAR E SEM DESVIO DE FINALIDADE DA EMPRESA EXECUTADA COM EVIDENTE PREJUÍZO DE SEUS CREDORES.

CONFIGURADA NÃO SÓ A HIPÓTESE DO ARTIGO 1003 DO CÓDIGO CIVIL, MAS ESPECIALMENTE DO ARTIGO 50 DAQUELE DIPLOMA LEGAL. DECISÃO QUE INDEFERIU A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA QUE SE MOSTRA EM DESCOMPASSO COM A PROVA DOS AUTOS E QUE MERECE SER REFORMADA.

RECURSO AO QUAL SE ACOLHE PARA DESCONSIDERAR A PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA EXECUTADA ANGLO FERROUS AMAPÁ MINERAÇÃO LTDA PARA ATINGIR SEUS SÓCIOS ANGLO FERROUS BRAZIL S/A E CENTENNIAL ASSET PARTICIPAÇÕES AMAPÁ S/A.

**Assim, processualmente impossível que um Juiz de 1º grau possa rever decisões prolatadas por Juiz de 2ª instância, Desembargador, mormente quando esta decisão esteja transitada em julgado.**

A decisão de desconconsideração foi prolatada na vigência do Código de Processo Civil de 1973, sendo inaplicável o artigo 133 do Novo Código de Processo Civil ou qualquer outra norma processual editada a posteriori.

Destarte, a empresa agravante ANGLO FERROUS BRAZIL PARTICIPAÇÕES S/A, atual denominação de ANGLO FERROUS BRAZIL S/A, figurava como sócia quotista da empresa executada atuando como sua controladora quando em curso a ação monitória cuja sentença embasou a execução, e, assim sendo, participou da alteração irregular da executada com finalidade de prejudicar seus credores, entre eles a empresa agravada.

Como se vê, sem qualquer fundamento jurídico legal ou fático a singela alegação da empresa agravante de cerceamento de defesa, estando ausentes dos autos qualquer circunstância que pudesse autorizar a reapreciação da matéria, de ofício, por este Tribunal de Justiça.

Correta, pois, neste particular, a decisão do juízo de 1º grau que não merece reforma.

(fls. 261-266) [g.n.]

Observa-se, portanto, que em momento algum o Tribunal *a quo* enfrentou a tese segundo a qual não houve ciência pela recorrente da desconsideração da personalidade jurídica autorizada e de que a impugnação ao cumprimento de sentença foi o primeiro momento em que foi possível aduzir a ilegitimidade aduzida.

Frise-se que ao STJ cabe julgar, em sede de recurso especial, conforme dicção constitucional, somente as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Observa-se a incidência, pois, por analogia, dos óbices das Súmulas 282 e 356 do STF.

Assim, quanto ao ponto em mote, ausente um dos requisitos de admissibilidade do apelo especial, qual seja o prequestionamento (Enunciados Sumulares n. 282 e n. 356 do C. STF).

Por oportuno, leiam-se estes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. 1. SUSPENSÃO DO JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 2. ILEGITIMIDADE DA CVM E INÉPCIA DA INICIAL. QUADRO FÁTICO DELINEADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. MODIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO DESPROVIDO.

**1. A ausência de prequestionamento se evidencia quando o conteúdo normativo contido nos dispositivos supostamente violados não foi objeto de debate pelo tribunal de origem. Hipótese em que incidem os rigores das Súmulas n. 282 e 356/STF.**

2. As instâncias ordinárias consignaram a ausência de algum indício de que a autarquia federal teria alguma responsabilidade no dano, inexistindo atuação da CVM capaz de ensejar o dever de reparar.

Infirmar as conclusões do acórdão recorrido demandaria o reexame de provas, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1400466/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe 15/09/2017) [g.n.]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO.

FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 e 356/STF. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. SÚMULA 5/STJ. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 535 do Código de Processo Civil/73 pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

**2. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal. Incidência das Súmulas 282/STF e 356/STF.**

3. O Tribunal de origem consigna que foi fornecido aos recorrentes todas as informações necessárias para a celebração e execução do contrato, informando-lhes de todas as circunstâncias relevantes para o negócio efetivado, além de ter-lhes sido indenizado os prejuízos ocorridos até o montante de três milhões de reais, tal qual previsto em cláusula contratual. De tal modo, aponta que não se verifica violação do princípio da boa-fé objetiva e reconhece a isenção de responsabilidade da recorrida pelos prejuízos supervenientes. A reforma do aresto, nestes aspectos, demanda inegável necessidade de interpretação de cláusula contratual e reexame de matéria probatória, providências inviáveis de serem adotadas em sede de recurso especial, ante o óbice das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 992.489/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 23/05/2017) [g.n.]

Dessa forma, caberia à parte recorrente, entendendo ter havido omissão por parte do órgão julgador, opor embargos de declaração, apontando os referidos dispositivos legais violados, e, caso entendesse não sanado o vício apontado, aduzir, em sede de recurso especial, violação ao art. 1.022 do CPC, providência, todavia, da qual não se desincumbiu, o que impede o conhecimento do apelo especial, máxime porque o acórdão vergastado teorizou acerca da matéria *sub examine*, sem emitir posicionamento específico quanto às ofensas assestadas.

**3.** Ademais, também no que diz respeito às alegadas ofensas aos arts. 45, 50, 1.003, *caput* e parágrafo único, 1.004, 1.032, todos do Código Civil, impõe-se o não provimento do recurso ante a ausência de prequestionamento das matérias suscitadas.

**4.** Por fim, tampouco há que se falar em prequestionamento ficto, porquanto esta Corte Superior, ao interpretar o art. 1.025 do Código de Processo Civil fixou o entendimento no sentido de não reconhecer o prequestionamento pela simples oposição de embargos de declaração, de modo que, persistindo a omissão, é necessário interpor recurso especial por afronta ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

Nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

**04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.**

05. O pedido de abertura de inventário interrompe o curso do prazo prescricional para todas as pendengas entre meeiro, herdeiros e/ou legatários que exijam a definição de titularidade sobre parte do patrimônio inventariado.

06. Recurso especial não provido.

(REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017) [g.n.]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERDITO PROIBITÓRIO. CONTRATO DE PARCERIA AGRÍCOLA. TUTELA ANTECIPADA REVOGADA. DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DESTE RELATOR QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA ORA AGRAVANTE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 282/STF. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO CPC/2015.

NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRECEDENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

**3. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.**

**4. "A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei". (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).**

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1310813/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,

QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 22/10/2018) [g.n.]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. HONORÁRIOS RECURSAIS. AUSÊNCIA DE CONTRARRAZÕES. CABIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

**2. O Superior Tribunal de Justiça não reconhece o prequestionamento pela simples oposição de embargos declaratórios (Súmula nº 211). Persistindo a omissão, é necessário interpor recurso especial por afronta ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.**

3. É cabível a fixação de honorários recursais, ainda que não sejam apresentadas contrarrazões ao recurso interposto. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1167325/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 26/10/2018) [g.n.]

Desse modo, uma vez não aduzida oportunamente violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, não há que se falar em incidência do disposto no art. 1.025 do mesmo Código, porquanto o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples oposição de embargos declaratórios.

**5.** Ante o exposto, com fulcro nos fundamentos acima aduzidos, nego provimento ao recurso, prejudicado o pedido de tutela de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator